



**PARECER Nº 17, DE 2026, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,  
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1191, DE 2023**

De autoria dos deputados Paulo Mansur e Gil Diniz Bolsonaro, o projeto em epígrafe objetiva instituir o Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia e Exploração Sexual Infantil nas escolas estaduais.

Em pauta, o projeto não recebeu emendas ou substitutivos.

Em tramitação, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação exarou o Parecer nº 1435/2025, favorável ao projeto.

Na sequência, as Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, em reunião conjunta, exararam o Parecer nº 1783/2025, favorável ao projeto, na forma do substitutivo que apresentaram.

Aprovado em Plenário o texto substitutivo proposto pelas Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, e prejudicada a redação originalmente proposta, o projeto deverá receber a seguinte redação final:

*Autoriza a criação do Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia e Exploração Sexual Infantil no âmbito das escolas estaduais e dá outras providências.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia nas escolas estaduais, com o objetivo de prevenir, identificar e combater casos de pedofilia, exploração sexual infantil e outros abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

Artigo 2º - O Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia terá as seguintes diretrizes:

I - capacitação dos profissionais da educação: promover a capacitação dos professores, diretores, orientadores educacionais, funcionários e demais profissionais da rede estadual de ensino, por meio de cursos e treinamentos, visando à identificação de sinais de abuso e de exploração sexual infantil, assim como à adoção de medidas adequadas para proteger as vítimas e encaminhar os casos aos órgãos competentes;

II - criação de uma rede de apoio: estabelecer uma rede de apoio integrada por profissionais de psicologia, assistência social e saúde, que poderão oferecer suporte às vítimas e suas famílias, promovendo um ambiente seguro e acolhedor para denúncias e intervenções necessárias;

III - parcerias com órgãos competentes: firmar parcerias com os órgãos de segurança pública, como as delegacias especializadas de proteção à criança e ao adolescente, o Ministério Público e o Poder Judiciário, visando à efetiva investigação e punição dos casos de pedofilia e exploração sexual infantil ocorridos em ambiente escolar, inclusive por meios cibernéticos;

IV - promoção de campanhas educativas: realizar campanhas educativas permanentes para a conscientização de pais, alunos, professores e comunidade escolar sobre a importância da prevenção e do combate aos crimes de pedofilia, enfatizando a importância da denúncia e do acolhimento das vítimas;

V - implementação de protocolos de proteção: elaborar e implementar protocolos de proteção às crianças e aos adolescentes nas escolas, estabelecendo procedimentos claros para lidar com situações de suspeita ou confirmação de abuso e exploração sexual infantil, garantindo o sigilo das informações e o encaminhamento adequado dos casos aos órgãos competentes.

Artigo 3º - Os recursos necessários para implementação do Programa de Combate aos Crimes de Pedofilia serão alocados no orçamento estadual, de acordo com a disponibilidade financeira do Estado.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, estabelecendo as normas complementares necessárias para a sua efetiva implementação.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assim, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 1191, de 2023.

Altair Moraes – Relator

APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO ALTAIR MORAES,  
PROPONDO REDAÇÃO FINAL.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 4/2/2026.

Thiago Auricchio – Presidente

Thiago Auricchio	Favorável ao voto do relator
Conte Lopes	Favorável ao voto do relator
Alex Madureira	Favorável ao voto do relator
Rômulo Fernandes	Favorável ao voto do relator
Reis	Favorável ao voto do relator
Marta Costa	Favorável ao voto do relator
Oseias de Madureira	Favorável ao voto do relator
Delegado Olim	Favorável ao voto do relator